



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS E FORMAÇÃO DE CADASTRO
RESERVA DA FUNDAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE NITERÓI

EDITAL Nº 01/2023

Cargo: Psicólogo	NÍVEL	TURNO	CÓDIGO
	SUPERIOR	TARDE	120

**CADERNO DE QUESTÕES
INSTRUÇÕES AO CANDIDATO**

- Confira se o **Caderno de Questões** recebido está de acordo com o **Cargo** ao qual está concorrendo. Caso haja divergência, notifique imediatamente ao fiscal. A inobservância deste item poderá implicar na eliminação do candidato.
- Confira se constam do **Caderno de Questões**, de forma legível, **50 (cinquenta)** questões de múltipla escolha, cada uma com 5 (cinco) opções de respostas, sendo apenas uma correta.
- Confira se no **Cartão de Respostas** recebido os seus dados estão corretos. Caso afirmativo, assine-o e transcreva a frase para o exame grafotécnico no campo apropriado. Leia atentamente as instruções para seu preenchimento. No caso de divergência, notifique imediatamente ao fiscal.
- Assinale no **Cartão de Respostas**, com **caneta de tinta azul ou preta**, apenas uma opção, caso contrário, será atribuída pontuação zero à questão da prova que contiver mais de uma resposta assinalada ou nenhuma resposta assinalada, emenda ou qualquer tipo de rasura.
- O tempo disponível para realizar esta prova, incluindo o preenchimento do **Cartão de Respostas**, é de no mínimo, **uma hora e trinta minutos**, e de no máximo, **quatro horas**.
- O candidato só poderá portar sobre a mesa a caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta para preencher o **Cartão de Respostas**, não sendo permitido fazer uso de qualquer outro objeto para assinalar as respostas ou para efeito rascunho.
- **Evite a eliminação no concurso.** Se estiver portando: celular, instrumento auxiliar para cálculo ou desenho, qualquer dispositivo eletrônico que sirva de consulta ou comunicação, mantenha-os acondicionados no envelope de segurança, fornecido pelo fiscal de sala, lacrado e devidamente desligados no caso de aparelhos de comunicação.
- O candidato poderá levar o seu **Caderno de Questões**, faltando **uma hora** para o término da prova, com a devida permissão da equipe de fiscalização.
- É de responsabilidade do candidato entregar ao fiscal de sala, o **Cartão de Respostas** devidamente assinado e com a frase para o exame grafotécnico contida na Capa do Caderno de Questões, transcrita no Campo apropriado. A não entrega implicará a sua eliminação no Concurso.
- No caso de dúvida, solicite esclarecimento à equipe de aplicação.

BOA PROVA

**FRASE A SER TRANSCRITA PARA O CARTÃO DE RESPOSTAS NO
QUADRO “EXAME GRAFOTÉCNICO”**

Feliz daquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.

Cora Coralina

Tópico: Conhecimentos Específicos

01 Marília Etienne Arreguy, em seu artigo *Violência e Ausência de Psicólogos nas Escolas* (2014), conclui: “A luta pela inserção de profissionais de saúde e humanas nas escolas, sobretudo assistentes sociais e psicólogos, é mais ampla do que criar um simples processo de contratações ou de projetos impositivos e/ou esporádicos. Depende, portanto, de uma verdadeira revolução nas micropolíticas vigentes, em que o total contingente de mentalidades atuantes na escola possa ser conscientizado do compromisso com a exigência de seus direitos, além da obrigação ética de promover a saúde psíquica e a educação de nossas crianças. Se essas condições não são priorizadas, enfatizando o cuidado com os sujeitos em suas características singulares, pouco se fará para minimizar a violência e aprimorar os rumos da educação”. Passados cinco anos da publicação desse artigo, é sancionada a Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Para a Psicologia e o Serviço Social, há razões para a inclusão de psicólogos e assistentes sociais nas escolas. São elas:

- (A) a Psicologia e o Serviço Social na escola contribuem para a elaboração de estratégias que garantam aprendizagem de qualidade para todas(os) as(os) estudantes, sob uma perspectiva plural e inclusiva, considerando suas diferenças, desigualdades e dificuldades.
- (B) a Educação, enquanto direito, não precisa de financiamento garantido pelo Estado para atender às necessidades das(os) estudantes e da comunidade escolar.
- (C) psicólogas(os) e assistentes sociais não podem atuar no apoio à formação continuada de professoras(es), pedagogas(os), diretoras(es) e demais profissionais da educação em serviço, pois isso desfavorece a autonomia docente na solução dos problemas do ambiente educacional.
- (D) a atuação nas equipes multidisciplinares não está contemplada na Lei nº 13.935/2019.
- (E) considerar o processo histórico em torno da Lei nº 13.935/2019 é um desrespeito para com os esforços e o trabalho de décadas de professores e, sobretudo, uma afronta à qualificação desses.

02 O Código de Ética do Profissional Psicólogo (CFP/2005) tem seus princípios fundamentais apoiados nos valores que embasam a Declaração Universal de Direitos Humanos. A Resolução do CFP nº 7, de 06 de abril de 2023, assim como o código, estabelece normas para o exercício profissional, porém com foco em resguardar o caráter laico da prática psicológica. Aprofundando-se no entendimento desses balizadores, pode-se afirmar que é VEDADO ao profissional de psicologia:

- I. praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão à crença religiosa;
- II. induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais;
- III. utilizar instrumentos e técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações em relação à liberdade de consciência e de crença religiosa; e
- IV. exercer qualquer ação que promova fundamentalismos religiosos e resulte em racismo, LGBTI+fobia, sexismo, xenofobia, capacitismo ou quaisquer outras formas de violação de direitos.

São corretas afirmativas acima.

- (A) I e IV, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

03 “A Psicologia compreende a violência sexual contra a criança e a(o) adolescente por meio de diversas abordagens teóricas, e vem desenvolvendo uma gama de técnicas e práticas de avaliação e intervenção. Por estar presente em diferentes políticas públicas — especialmente aquelas pertencentes à Rede de Proteção à infância e adolescência, como Saúde, Assistência Social, Educação, Segurança pública e Sistema de Justiça — deve lidar com marcos legais, objetivos, tarefas e públicos variados. Cada campo e cada caso incide diretamente na demanda que chega às(aos) profissionais, assim como sobre seu

modo de atendê-la.” (CFP, 2009, p. 30-31). Nessa perspectiva, e considerando o marco teórico e referencial “saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens” (MS, 2007), tem-se como desafios para uma Política Nacional de Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva de Adolescentes e Jovens:

- I integração aos serviços de saúde das especificidades das adolescentes e jovens e seus parceiros quanto à gravidez, ao parto e ao puerpério.
- II construção e implementação de ações que assegurem a ampliação do conhecimento sobre corpo, sexualidade e saúde por adolescentes e jovens, com vistas à maior tutela da vivência da sexualidade, em todos os níveis de atenção, e com o envolvimento dos diversos sujeitos – gestores nacionais, estaduais, municipais e sociedade civil organizada.
- III ampliação dos indicadores sobre saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens, para além da diminuição dos índices de gravidez na adolescência e na abordagem de outros aspectos, como a violência intrafamiliar, o planejamento familiar, DST/aids e ações educativas.
- IV integração com outras instituições para a promoção da abstinência sexual como estratégia de saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens, fundamentais para a formação de valores, com respeito à autonomia e aos direitos sexuais e direitos reprodutivos.

São INCORRETAS, apenas, as assertivas:

- (A) II e III.
- (B) II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I e II.
- (E) I e IV.

04 Nas Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica, em sua apresentação da 2ª edição, tem-se: “A educação como direito fundamental foi, durante décadas, alvo de disputa na sociedade brasileira, prevalecendo a concepção de uma educação distinta a depender da classe social. Somente com a Constituição Federal de 1988, o Estado brasileiro define a educação como direito básico e universal”. Mais recentemente, instala-se um intenso quadro de desinvestimento em políticas públicas que nos coloca diante de uma situação de

sucateamento e desmonte. Tal situação convoca as(os) psicólogas(os) a reafirmarem o compromisso com os princípios de uma educação democrática, defendendo a pluralidade e a diversidade humana. Com base nas referências citadas, assinale a opção correta.

- (A) Ao analisar o contexto das políticas econômicas, políticas públicas e das políticas sociais que constituem o campo educacional brasileiro, o documento destaca as dificuldades já enfrentadas pelos profissionais de psicologia, bem como os princípios e compromissos para sua manutenção nas instituições escolares.
- (B) A Psicologia tem importantes contribuições nas análises individualizantes e medicalizantes, pautando reflexões acerca da complexidade das relações sociais que incidem nos processos de aprendizagem.
- (C) Ao lidar com os sujeitos e suas subjetividades, a(o) psicóloga(o), em trabalho conjunto com professores apenas, pode possibilitar o reconhecimento das dificuldades de aprendizado, evasão escolar, violência nas escolas, entre outros, que são permeados por vivências de extrema pobreza, racismo, discriminação de gênero e de orientação sexual.
- (D) Entre as possibilidades de atuação da(o) psicóloga(o) na Educação Básica, o documento apresenta áreas em que os profissionais devem, obrigatoriamente, centrar suas práticas, a saber, no projeto político-pedagógico; na intervenção no processo de ensino-aprendizagem; no trabalho na formação de Educadores. Exclui-se do rol a educação inclusiva.
- (E) As referências técnicas têm por objetivo subsidiar a atuação de psicólogas(os) na educação básica, pautando-se nas diretrizes da política nacional de educação e nos preceitos teóricos e éticos da Psicologia. Pretendem, ainda, contribuir para a melhoria da qualidade da educação, de maneira que as práticas psicológicas favoreçam a reflexão e a abordagem crítica dos desafios que as(os) psicólogas(os) precisam enfrentar no contexto educacional brasileiro.

05 No livro *Ensinando a Transgredir: a educação como prática libertadora*, há um capítulo dedicado a Paulo Freire. Nele, Gloria Watkins dialoga com bell hooks, sua voz de escritora. Influenciada por Paulo Freire, hooks apresenta as razões pelas quais foi tocada tão profundamente pelo autor. São elas:

- I anos antes de conhecê-lo, hooks já tinha aprendido muito com o trabalho de Freire, aprendido maneiras novas e libertadoras de pensar sobre a realidade social. Quando encontrou a sua obra, estava em um momento de vida começando a questionar profundamente a política da dominação, o impacto do racismo, do sexismo, da exploração de classe e da colonização que ocorria no Brasil.
- II Paulo foi um dos pensadores cuja obra lhe deu uma linguagem. Ele a fez pensar profundamente sobre a construção de uma identidade na resistência. hooks cita uma frase isolada de Freire que se tornou, para ela, um mantra revolucionário: “Não podemos entrar na luta como objetos para nos tornarmos sujeitos mais tarde”.
- III a sua experiência na luta pela desagregação racial posicionou Paulo Freire como um professor desafiador, cuja obra alimentou a sua própria luta contra o processo de descolonização – a mentalidade colonizadora.
- IV em nenhum momento hooks deixou de estar consciente não só do sexismo da linguagem como também do modo com que ele (Paulo) constrói um paradigma falocêntrico da libertação. Para ela, isso sempre foi motivo de angústia, pois acha difícil encontrar uma linguagem que permita estruturar uma crítica e, ao mesmo tempo, continue reconhecendo tudo o que é valioso e respeitado na obra.

São INCORRETAS, somente, as assertivas:

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e II.
- (E) II e IV.

06 “O número de instituições de ensino com oferta de cursos de Psicologia igualmente se ampliou. Mas a formação voltada para a área da Psicologia Escolar e Educacional não ocupa, infelizmente, lugar de destaque entre os diversos conteúdos que são previstos nas grades curriculares. Muitos destes cursos assumem a opção de ênfase nos processos educativos sem, contudo, conduzir a formação e a prática voltadas para esta área, e o argumento que surge na maioria das vezes se relaciona à escassez do campo de trabalho na educação.” (FRANCISCHINI; VIANA, 2016, p. 3). No texto *Interfaces entre a Psicologia e a Educação: reflexões sobre a atuação em Psicologia Escolar*, Meire Nunes Viana discute a Psicologia e a educação no labirinto do capital. Para a autora, “a promulgação da Constituição de 1988 significou para o Brasil a reconquista da cidadania, colocando a educação em lugar de destaque, apresentando-a como um direito de todos, universal, gratuita, democrática, comunitária e de elevado padrão de qualidade.” (FRANCISCHINI; VIANA, 2016, p.68). Compreendendo que se trata de uma educação transformadora da realidade, consonante com a Carta Constitucional de 1988, ela deve pautar-se pelos seguintes princípios fundamentais:

- (A) gestão democrática do ensino público, sem garantia de padrão de qualidade.
- (B) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, visando combater o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
- (C) gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais e igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- (D) valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, ingresso facultativo por concurso público de provas e título.
- (E) gratuidade, acesso universal, porém com ênfase nas ações afirmativas de ingresso (cotas raciais).

07 Dermeval Saviani, em *Escola e Democracia*, editado em setembro de 1983, em seu último texto, a saber, *Onze teses sobre Educação e Política*, intentou encaminhar, de modo explícito, as discussões entre educação e política, questão central de seu livro. Considerando as proposições do autor, marque Verdadeiro (V) ou Falso (F) nas afirmações abaixo.

- () Toda prática educativa contém inevitavelmente uma dimensão política.
- () Toda prática política contém, por sua vez, inevitavelmente uma dimensão educativa.
- () Existe identidade entre educação e política.
- () A explicitação da dimensão política da prática educativa está condicionada a não explicitação da prática educativa.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- (A) F, F, V, V.
- (B) V, F, V, F.
- (C) V, V, F, F.
- (D) F, V, V, V.
- (E) V, V, F, V.

08 A Comissão de Psicologia e Educação, do XIV Plenário do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, entende que a Psicologia está presente no campo educacional de várias maneiras: “Ela circula, permeia diversos espaços legitimando determinadas práticas – modos de pensar e agir na profissão” (CRP, 2016, p. 7). A partir da publicação *Conversações em Psicologia*, marque a opção INCORRETA.

- (A) A queixa escolar é produzida, construída, não é natural. A sua produção começa fora da escola, já que esta não é uma ilha isolada, sem contato com qualquer outra parte de terra. Para que os(as) psicólogos(as) entendam a queixa escolar, é preciso que eles interroguem sobre a sua época e as subjetividades que aí se produzem e são produzidas.
- (B) Atualmente, há uma crescente tendência em atribuir somente a problemas subjetivos o que está também relacionado a dimensões políticas, econômicas e sociais. Sujeitos são diagnosticados como doentes para atender às necessidades produtivas e aos grupos que estão inseridos, sendo muitas vezes os produtores dos seus insucessos.

(C) Existem práticas de aprisionamento em meio à produção de estigmas sobre os alunos. Ao circular pela escola, é comum ouvir que determinados alunos são incapazes ou preguiçosos ou desatentos, além de outros rótulos, na maioria das vezes combinados entre si. Está imposta ao aluno a possibilidade quase única de se fixar a tais categorias, como se não fossem plausíveis outros adjetivos.

(D) No campo da psiquiatria, a postura crítica à medicalização sempre foi marginal. No entanto, nos últimos anos, vêm surgindo críticos dentro desse campo, a exemplo de Allen Frances. Para ele, o DSM-IV contribuiu voluntariamente para três falsas epidemias em psiquiatria, o excesso de diagnósticos de déficit de atenção, autismo e transtorno bipolar adulto.

(E) Insiste-se na necessidade de se desconstruir a psicologia enquanto uma ciência “do bem”, que vem colaborar para os processos de ensino-aprendizagem. É preciso deixar claro que profissionais de psicologia não estão na escola (ou pelo menos não deveriam estar) para continuarem colaborando com práticas excludentes.

09 “Antes do colonialismo não existia o negro, o indígena, o branco. Como implicitamente propaga a declaração francesa dos direitos dos homens, todos eram humanos, cidadãos, desde que fossem homens, europeus e, por extensão, brancos. A ideia de direitos dos homens e, depois, a de direitos humanos (ONU, 1948), afloram justamente da negação da cidadania e de direitos para o africano, o indígena, o pobre, a mulher... [...] Sem racismo e a superexploração do(a) indígena, do homem negro e da mulher negra, não teria havido colonialismo. Sem colonialismo, sem racismo e sem capitalismo não teria havido o delineamento daquela noção de cidadania, que atrela direito à propriedade individual, à liberdade individual, à fraternidade e à igualdade só para alguns.” (CFP, 2022, p. 13). Sobre a branquitude, é correto afirmar que

I é a ideologia de superioridade branca que posiciona as pessoas brancas em um lugar de poder simbólico e material que lhes conferem algumas desvantagens.

- II é uma ideologia, são valores, ideias que colocam o branco como o ideal de beleza, de civilização, de racionalidade, de intelectualidade. Ela não pode ser pensada como uma identidade racial.
- III não é resultado. É aquilo que está lá na origem, não tendo qualquer relação com a colonização nem com o capitalismo imperialista.
- IV ela produz subjetividade. Essa falsa ideia de superioridade vai definir e direcionar os afetos, a subjetividade, o modo de estar no mundo.

A partir das afirmações acima, assinale, somente, a opção correta.

- (A) I e IV.
- (B) IV.
- (C) I e II.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e III.

10 No livro *Psicologia Brasileira na Luta Antirracista*, publicado pelo CFP, são apresentados e debatidos conceitos fundamentais para o entendimento e para a busca da superação do racismo no Brasil. “O leitor é convidado a transitar por amplo espectro de questões e lutas sociais, na perspectiva da interseccionalidade, a fim de compreender a complexidade da tessitura social brasileira e o enredar de suas hierarquias e opressões”, como bem nos conta Ana Sandra Nóbrega, Conselheira-Presidente do XVIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia. Marque a opção INCORRETA.

- (A) A definição de mulher no pensamento europeu é uma definição condicionada às funções de esposa e mãe, secundarizada como variação do sujeito completo, o homem. Essa definição demarca o lado visível do sistema de gênero moderno/colonial, no qual se constroem, se reproduzem e se impõem normativas de feminilidade pautadas numa docilização animalizadora daquelas que seriam reprodutoras da raça branca e burguesa, sendo o lado oculto a naturalização das violências em suas mais diversas formas, a partir da premissa da desumanização daquelas mulheres que foram consideradas bestiais e selvagens por sua raça.
- (B) Tendo em vista as condições desfavoráveis para a inserção e permanência de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, àquelas que se estabelecem

profissionalmente é atribuído o rótulo da superação. Difundir a ideia de que o indivíduo superou a si mesmo pelo próprio esforço fortalece a falaciosa meritocracia, o que corrobora os interesses do capitalismo neoliberal, orientado por valores como independência, autossuficiência, individualidade e competitividade, eximindo o Estado e os empregadores da garantia das condições necessárias e suficientes para o trabalho digno às pessoas com deficiência.

- (C) Para a população negra, chegar à velhice é uma condição privilegiada. Mais ainda é alcançar aquela idealizada “velhice bem-sucedida”, amplamente veiculada dentro de uma racionalidade neoliberal de sucesso ou fracasso pessoal. Envelhecer bem pressupõe ter acesso, ao longo da vida, aos recursos materiais, sociais e simbólicos, fundamentais para a dignidade e a qualidade de vida. A velhice negra representa as impossibilidades estruturais do racismo no curso de vida que limitam as condições de essa população vivenciar uma boa velhice, segundo o preconizado pelas diversas organizações e instituições representativas no âmbito da Gerontologia.
- (D) A infância pode ser compreendida como uma categoria geracional, atravessada pelas demais variáveis sociais, como classe, raça/etnia e gênero. Trata-se de uma construção social que se refere a um conjunto de representações, imagens e prescrições socialmente concebidas. O surgimento histórico da infância como uma categoria que estrutura a vida social, caracterizada pela proteção e pela ausência do trabalho, jamais excluiu as crianças negras e pobres dessa invenção da modernidade. Para essas crianças, as imagens de pureza e inocência nunca estiveram facilmente acessíveis, restando, em muitos casos, as imagens de crianças más.
- (E) A sujeição vivida pelas mulheres brancas de classes abastadas e alinhadas à heteronorma produziu para elas um fictício conforto na casa grande, onde teoricamente seriam as senhoras da casa e objeto de cuidado dos patriarcas, algo que nunca foi possível para aquelas que não cabiam nem mesmo na identidade de mulher e eram submetidas à exploração laboral e sexual, inclusive nos ambientes domésticos.

11 Na Coletânea *Psicologia Brasileira na Luta Antirracista: prêmio profissional Virgínia Bicudo* – dedicado à mulher negra, pioneira na psicanálise, mas invisível no Brasil –, enfatiza-se o lugar das práticas para a construção de uma psicologia antirracista. Marque a opção correta.

- (A) É preciso que as famílias com crianças, pré-adolescentes e adolescentes negros busquem estratégias de enfrentamento ao racismo e se fechem para o debate cotidiano das relações raciais, extrapolando a perspectiva da violência racial, mas buscando apresentar narrativas de afirmação sobre ser negro/a, os valores civilizatórios afro-brasileiros e africanos e práticas de educação das relações étnico-raciais.
- (B) É preciso refletir se as crianças negras estão sendo devidamente humanizadas, desenvolvidas de forma integral. A educação brasileira tem uma perspectiva eurocêntrica, o que não permite às crianças apreenderem o movimento real da história do Brasil, a presença inicial de negros e indígenas, sua exploração e seu apagamento durante toda a história, principalmente quando diz respeito à criança negra, a qual não tem acesso à sua própria história e cultura.
- (C) A disseminação da ideia de “democracia racial” foi muito importante. Criou a necessidade de se pensar políticas para a superação das desigualdades raciais no Brasil. Contribuiu para se lembrar de séculos de cativeiro e embranquecimento compulsório, subsidiando a marginalização econômica e social da população negra, além da construção de uma mentalidade racista que se faz presente até os dias atuais.
- (D) A racialidade se traduz na experiência de se saber como negro. E as experiências de discriminação racial ainda habitam em lugares de difícil compreensão, pois são constantemente compreendidas como violações e/ou omitidas como se fossem apenas preconceitos de outra ordem.
- (E) Os estudos em psicologia e saúde mental hegemonicamente não negligenciam as implicações da raça nas condições de vida da população. Afinal, raça está implicitamente abrigada sob o guarda-chuva questão social.

12 Há mais ou menos uma década, foram publicados dois artigos que abordam questões ainda vivas no campo da educação. Seus autores, Maria Helena Souza Patto coloca em pauta o ensino a distância e a falência da educação, enquanto Fabio Scorsolini-Comin discute as repercussões do uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no campo da Psicologia da Educação. A partir de seus trabalhos, é correto afirmar que

- (A) o autor defende que o uso das TDICs deve ser compreendido de modo acríptico, e não como uma estratégia de mercantilização da educação e de afastamento entre docentes e alunos.
- (B) a autora não questiona, no âmbito da educação a distância, se há relação professor-aluno numa proposta de ensino em que o professor é mero veículo de textos e de exercícios previamente ordenados, pré-fabricados por outrem.
- (C) para o autor, as TDICs devem ser compreendidas como uma produção ahistórica e associal, como um incremento de qualidade aos processos.
- (D) para a autora, a partir da análise do discurso oficial em defesa do ensino superior a distância, identificam-se os silêncios que o estruturam. Esse discurso ignora a dimensão ideológica da ciência e da técnica e desconsidera a complexidade da relação pedagógica.
- (E) a partir das potencialidades que as tecnologias apresentam para os processos de ensino-aprendizagem, torna-se obsoleto indagar se há espaço para a constituição de uma relação transferencial como condição da relação pedagógica.

13 “A partir do fato de que escola pública elementar tem fracassado em sua função de escolarizar a maioria das crianças brasileiras e levando em conta que as crianças mais atingidas pertencem aos segmentos mais pobres das classes trabalhadoras, o artigo analisa os determinantes da má qualidade da escola oferecida a estas crianças. Entre estes determinantes, o preconceito contra pobres e negros, de profundas raízes na sociedade brasileira, atua como poderoso estruturante das práticas e processos que se dão na escola. A superação deste estado de coisas é discutida no âmbito dos direitos da cidadania e das relações de poder numa sociedade de classes.” (PATTO, 1992, p. 107).

Esse é o resumo do artigo intitulado *Família Pobre e Escola Pública: anotações de um desencontro*. Apesar de o texto ter sido publicado há cerca de três décadas, há nele algo que persiste como bastante atual. Em relação a esse tema, assinale a opção correta.

- (A) A afirmação da patologia generalizada das crianças pobres e a patologização de suas dificuldades escolares tem como consequências a dispensa da escola de sua irresponsabilidade; a indução de uma concepção simplificadora do aparato psíquico dos pobres, com certeza menos complexo do que o de outras classes sociais; e a justificativa da busca de remédios mais simples e baratos para suas dificuldades emocionais.
- (B) As famílias acatam sempre os veredictos das professoras, diretoras e técnicos sobre seus filhos. Credulamente encampam, de forma acrítica, o parecer da escola e passam a procurar na história da família ou da criança fatos que expliquem a anormalidade que não haviam percebido. São gratas aos educadores pela descoberta/revelação e jamais temem qualquer crítica ou represália por parte da escola.
- (C) Professoras e diretoras tendem a atribuir o baixo rendimento da escola à incapacidade dos alunos e ao desinteresse e à desorganização de suas famílias. A principal forma de relação da escola com as famílias é a convocação dos pais – geralmente a mãe –, para que ouçam queixas de seus filhos ou sejam informados de algum problema mental destes "detectado" pelas professoras. Fiéis aos ensinamentos da Psicologia Educacional, as educadoras costumam encaminhar todas as crianças que não respondem às suas exigências a serviços médicos e psicológicos para diagnóstico.
- (D) Dada a natureza do discurso oficial sobre as vicissitudes da escolaridade das crianças pobres, não é de se estranhar que uma concepção de "ser humano" em termos de "aptos" e "inaptos" estructure a prática de professores e técnicos escolares. A maneira nada preconceituosa e positiva como se referem a seus alunos tem sido registrada repetidas vezes pela pesquisa educacional, visto que os educadores são porta-vozes de expressões de preconceitos e estereótipos seculares na cultura brasileira. O preconceito não se limita às crianças, mas engloba a família adjetivada como "desorganizada".

- (E) Entre as crianças apontadas pela escola como "problemáticas", certamente todas precisariam de um bom atendimento especializado fora da escola, como acontece com tantas crianças mais ricas que recebem apoio médico, psicológico, fonoaudiológico quando necessitam.

14 O livro de Maria Helena Patto intitulado *A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia*, segundo um de seus prefaciadores da quarta edição, é muito mais que a denúncia do caráter ideológico das explicações hegemônicas do fracasso escolar. Seu trabalho caracteriza-se também como uma brilhante aula sobre a história da educação do país. A autora, fundamentada no materialismo histórico, examina o percurso tomado pela produção intelectual brasileira a partir da Primeira República. Tendo em vista o capítulo *Da experiência à Reflexão sobre a Política Educacional: algumas anotações*, pode-se afirmar que a autora destacou quatro conclusões ou confirmações, capazes de contribuir para uma revisão de medidas comumente tomadas, tendo em vista a superação das dificuldades com que a escola pública elementar brasileira se defronta na consecução de sua tarefa de socializar conhecimentos.

- I. As explicações do fracasso escolar baseadas nas teorias do déficit e da diferença cultural precisam ser revistas a partir do conhecimento dos mecanismos escolares produtores de dificuldades de aprendizagem.
- II. O fracasso da escola pública elementar é o resultado inevitável de um sistema educacional congenitamente gerador de obstáculos à realização de seus objetivos.
- III. O fracasso da escola elementar é administrado por um discurso científico que, escudado em sua competência, naturaliza esse fracasso aos olhos de todos os envolvidos no processo.
- IV. A convivência de mecanismos de neutralização dos conflitos com manifestações de insatisfação e rebeldia faz da escola um lugar propício à passagem ao compromisso humano-genérico.

São corretas as conclusões:

- (A) II e III, somente.
- (B) III e IV, somente.
- (C) I, II e IV, somente.
- (D) I, II e III, somente.
- (E) I, II, III e IV.

15 O livro *Pedagogia da Indignação* contém os últimos escritos registrados por Paulo Freire. O educador compartilha suas reflexões a respeito da educação para a liberdade, chave para a produção de sujeitos capazes de transformar o mundo com base em uma ética da solidariedade. Sobre as ideias de Paulo Freire, observe as afirmativas a seguir.

- I A educação de que precisamos, capaz de formar pessoas críticas, de raciocínio rápido, com sentido do risco, curiosas, indagadoras, é a que coloca ao educador ou educadora a tarefa de treinar a memorização mecânica das/dos educandas/os, mas também de ensinar a pensar criticamente os conteúdos.
- II Não se pode de maneira alguma, nas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito, sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo.
- III Se, de um lado, a educação não é a alavanca das transformações sociais, de outro, estas não se fazem sem ela. Mas a ação educativa só deve acontecer após logarmos êxito na ação política. A transformação social é o caminho para então trabalharmos ações educativas.
- IV As crianças precisam crescer no exercício dessa capacidade de pensar, de se indagar e de indagar, de duvidar, de experimentar hipóteses de ação, de programar e de não apenas seguir os programas a elas, mais do que propostos, impostos. As crianças precisam ter assegurado o direito de aprender a decidir, o que se faz decidindo.

Estão corretas, apenas as afirmativas:

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) II e III.

16 Paulo Freire mostra, em sua obra *Pedagogia da Indignação*, uma preocupação com um descompasso geracional no que diz respeito ao acompanhamento das transformações dos novos tempos, principalmente diante da aceleração característica dos últimos cem anos. O autor nos propõe forjar em nós uma qualidade sem a qual dificilmente conseguiremos compreender

adolescentes e jovens: “a capacidade crítica, jamais ‘sonolenta’ sempre desperta à inteligência do novo. Do inusitado que, embora às vezes nos espante e nos incomode, até, não pode ser desconsiderado, só por isso, um desvalor”. Para validar a importância de se acompanhar as novas tecnologias, Paulo Freire afirma que

- (A) é tão urgente quanto necessária a compreensão correta da tecnologia, a que recusa a entendê-la como obra diabólica ameaçando sempre os seres humanos ou a que a perfila constantemente a serviço de seu bem-estar.
- (B) os que decidem pela transformação da realidade da mesma forma precisam organizar suas táticas em coerência com sua estratégia, quer dizer, com seu sonho possível ou utopia. Essa exigência, mudar mesmo quando a mudança é difícil, nem sempre teve que ver com a “natureza” da prática educativa. As condições históricas atuais, marcadas pelas inovações tecnológicas, corroboram que as tecnologias atrapalham o processo educativo.
- (C) quanto maior é a importância da tecnologia mais se afirma a necessidade de rigorosa vigilância sobre ela, colocando a tecnologia a serviço “das gentes” e do mercado. Por isso mesmo, a formação técnico-científica é mais do que puro treinamento ou adestramento para o uso de procedimentos tecnológicos. É também adestramento para a usar eticamente.
- (D) “a alfabetização em televisão” não é lutar contra a televisão, uma luta sem sentido, mas como estimular o jovem a enfrentar o extraordinário poder da mídia, da linguagem da televisão, substituindo-a por hábitos mais saudáveis.
- (E) não podemos nos pôr diante de um aparelho de televisão “entregues” ou “disponíveis”, de posse de uma postura crítica desperta. Devemos usá-la, sobretudo, discuti-la.

17 Prefaciando o livro *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico*, Jaan Valsiner afirma que o estudioso de literatura e psicólogo do desenvolvimento “está se tornando um herói das ciências educacionais e sociais de nosso tempo – mais de meio século após sua morte”, mas que “há um certo infortúnio na fama, particularmente na fama póstuma. Nem sempre, ao crescer a fama de uma pessoa, a análise substantiva de suas ideias avança em ritmo correspondente”.

Sobre as ideias de Vygotsky, pode-se afirmar que

- (A) um conceito central para a compreensão das concepções vygotskianas sobre o funcionamento psicológico é o conceito de mediação. Mediação é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser indireta e passa a ser mediada por esse elemento.
- (B) se o aprendizado impulsiona o desenvolvimento, então a escola tem um papel essencial na construção do ser psicológico adulto dos indivíduos que vivem em sociedades escolarizadas. Mas o desempenho desse papel só se dará adequadamente quando, conhecendo o nível de desenvolvimento dos alunos, a escola dirigir o ensino não para etapas intelectuais já alcançadas, mas sim para estágios de desenvolvimento ainda não incorporados pelos alunos, funcionando realmente como um motor de novas conquistas psicológicas.
- (C) na sua relação com o meio físico e social, que é mediada pelos instrumentos e símbolos desenvolvidos no interior da vida social, o ser humano cria e transforma seus modos de ação no mundo. O cérebro é um sistema fechado em constante interação com o meio, com funções pré-definidas, que não se altera no processo de relação do homem com o mundo.
- (D) a zona de desenvolvimento proximal refere-se à distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento correto, o caminho que o indivíduo percorre para desenvolver funções que estão em processo de amadurecimento e que se tornarão funções consolidadas.

(E) o pensamento e a linguagem têm origens similares e se desenvolvem segundo trajetórias análogas e inter-relacionadas, haja vista a estreita ligação entre esses dois fenômenos.

18 Na postagem do CFP, intitulada *Dez Razões para Psicologia e Serviço Social na Educação Básica*, encontra-se, como uma das justificativas, a tendência de que “A presença de psicólogos(os) e assistentes sociais nas escolas pode contribuir significativamente para a efetivação de direitos e políticas públicas tão essenciais às crianças em idade escolar, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Juventude e o Estatuto da Pessoa com Deficiência”. Diante de lutas tão importantes para que haja uma inclusão efetiva, é fundamental que esses profissionais conheçam as políticas que contemplam estudantes e suas famílias nas diversidades que singularizam suas vidas. No que diz respeito à realidade da educação inclusiva, assinale a opção correta.

- (A) Para além da deficiência, há um sujeito com desejos, vitórias, medos, limitações, com concepções ideológicas, fazeres, gostos, vontades que não devem ser negligenciados em generalizações. O que se quer é esquecer as diferenças e tratar todas as diferenças de forma igual.
- (B) As políticas públicas educacionais referentes à educação inclusiva diferem quanto a outras políticas públicas para a escola, pois os atores sociais mais importantes no processo – professores, alunos e suas famílias – participaram das decisões.
- (C) O conceito de educação inclusiva substitui o conceito anteriormente cunhado de educação especial, pois foca uma educação democrática que visa à acessibilidade da educação para todos que queiram uma adaptação escolar.
- (D) Professores e demais profissionais da educação são destituídos de poder ao se verem reféns das políticas educacionais impostas de forma tão pouco democrática. Por outro lado, esse poder subtraído não desfaz as antigas relações desiguais entre escola pública e familiares dos alunos, talvez justamente potencializa tais relações de poder.

(E) A Declaração de Salamanca ajudou a expandir o conceito de necessidades educativas especiais para todo aquele que precisasse da adaptação da escola, para que suas necessidades fossem atendidas, desde que respaldado pela devida avaliação neuropsicológica e orientado. Assim, a sua escolarização poderia se encaminhar.

19 Gênero, seus papéis, a sexualidade e a diversidade são questões contemporâneas que não podem ficar de fora da escola. Porém, estar na escola não é tarefa fácil. Se outrora a escola foi considerada local ideal para alguns desses debates, a despeito de alguns questionamentos acerca da função social da escola, em tempos mais recentes, tais discussões foram “banidas” sob a alegação de se tratar de “ideologia de gênero”. Sobre essa temática, observe as afirmativas a seguir.

- I Com Garbarino (2021), a manifestação da queixa escolar é sutilmente tonalizada por um modo cultural de entender a distinção masculino x feminino que se perpetua no contexto escolar. As expectativas e crenças das professoras e dos professores em relação ao ser menino x ser menina permeiam, “contaminam” e “deformam” seu olhar sobre o desempenho e a disciplina das alunas e dos alunos. Portanto, os estereótipos de gênero primeiramente precisam ser identificados para poderem ser desconstruídos.
- II Com Rosistolato (2009), desde o início do século XX, houve uma série de iniciativas para a criação de espaços escolares no debate sobre a sexualidade dos adolescentes. A partir da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a escola ganha legitimidade para desenvolver projetos estruturados a partir de três blocos de conteúdo: a) corpo - matriz da sexualidade; b) relações de gênero; e, c) prevenção a doenças sexualmente transmissíveis (Aids).
- III Com Bonfim e Mesquita (2020), de um modo geral, as regras disciplinares do gênero e da sexualidade estiveram e estão presentes em todos os espaços da escola e podem ser aplicadas facilmente em outras instituições, quer sejam escolas de ensino médio, quer sejam de ensino fundamental e até na universidade. A dimensão do controle e da norma é algo amplamente discutido em trabalhos que

investigam as relações entre gênero, sexualidade e educação.

- IV Com Bonfim e Mesquita (2020), estudantes que, com suas diferentes culturas e inserções, têm, com limites e muitos desafios, questionado uma outra forma de ocupar os espaços dentro da escola e reivindicar o debate em torno do gênero e da sexualidade dentro da instituição.

São corretas as afirmativas:

- (A)** I, II, III e IV.
- (B)** I, II e III, apenas.
- (C)** I e II, apenas.
- (D)** II e III, apenas.
- (E)** III e IV, apenas.

20 “Muito se tem se discutido sobre os entraves no processo de escolarização de crianças e jovens, privilegiando-se ora aspectos individuais de ordem patológica, ora questões sociais ligadas ao esfacelamento do sistema educacional público. Paralelamente, constata-se uma difusão ilimitada do discurso científico e da cultura medicalizante, que atravessa diversos domínios, da universidade aos centros de saúde e às escolas, adentrando as fronteiras da esfera privada da família e das demais relações pessoais.” (Coutinho, 2021, p. 2). Sobre a produção de diagnósticos e o educar, observe as afirmativas a seguir.

- I Na discussão dos modos contemporâneos predominantes no tratamento do mal-estar na cultura, é inegável que a produção de diagnósticos alcançou uma importância cultural imensa, estando presente não somente na prática psiquiátrica stricto sensu, mas em todo campo da assistência à saúde, na educação e nas relações sociais cotidianas mais banais.
- II Os desafios relativos ao exercício da parentalidade e da educação escolar, hoje, são muitas vezes norteados por diagnósticos, medicações e/ou parâmetros presentes nos diversos dispositivos difundidos pelas “autoridades científicas”, que passam a regular e a ressignificar a criança, produzindo um certo anonimato no cerne das relações pais/filhos e professor/aluno.
- III Depara-se, ainda, com a menos recente psicologização do cotidiano escolar. A escola funciona sob a base de um discurso segundo o qual educar é estimular

capacidades psicológicas, o que contribui para individualizar os problemas escolares e fragmentar o olhar para o aluno.

- IV Com o avanço do paradigma naturalista, ancorado nas novas pesquisas das neurociências, os diagnósticos passam a expressar “um sofrimento sem sujeito” e orientam o olhar dos profissionais que recorrem a eles exclusivamente para uma visão fragmentada da vida, que muitas vezes encontra sustentação fortemente baseada na relação entre a descrição de um comportamento e o uso ou não de um fármaco [...]. A fragmentação do sintoma psíquico em unidades sintomáticas cada vez menores pela psiquiatria contemporânea serve a um projeto social maior que tende a despolitizar o sofrimento, medicalizar o mal-estar e privatizar o sintoma.

São corretas as afirmativas:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

Tópico: Língua Portuguesa

“Ser professora é um estilo de vida” (Wallace Cardozo, Rede Galápagos, Salvador)

No Recife, professora diz ter encontrado propósito de vida depois de começar a atuar com educação infantil: “Vou alfabetizar quantas crianças eu puder”



O período de isolamento acabou sendo uma oportunidade para que nós, educadores, buscássemos novas soluções para a sala de

aula. Na Internet, encontrei o Polo e resolvi fazer a formação Experiência e Protagonismo: a BNCC na Educação Infantil. Entendi que é preciso envolver a família para garantir o direito à aprendizagem das crianças pequenas. Pensando nisso, desenvolvi um *podcast*, o Educação & Família. Eu gravava em casa e enviava aos pais e responsáveis. Dessa forma, por menor que fosse seu nível de alfabetização, era possível estimular as crianças em casa.

Enquanto estive fazendo o *podcast*, ainda não havia conhecido a minha turma pessoalmente. Quando finalmente retornamos à modalidade presencial, fiquei surpresa ao perceber que algumas das crianças já liam. O comprometimento da família é fundamental para a aprendizagem, e eu pude perceber isso também dentro de casa. Durante a pandemia, investi muito no incentivo à leitura para os meus dois filhos. Comprei livros e li com eles, que também voltaram à escola lendo.

Além de professora sou gestora do Instituto Mucambo, cuja sede fica no quintal de minha casa. A organização surgiu para formalizar um projeto que outros educadores e eu já realizávamos, chamado Leituras Brincantes. Com crianças em situação de vulnerabilidade, realizamos atividades como mediação de leitura, contação de histórias e distribuição de livros, além de arrecadação e doação de alimentos. No mesmo intuito de envolver as famílias, fazemos periodicamente rodas de leitura com as mães.

Inscrevemos o Instituto Mucambo no programa *Leia com uma criança* e recebemos caixas de livros. Nesse processo, fiz mais uma formação no Polo, dessa vez voltada à mediação de leitura para o público infantil. Gosto dos cursos da plataforma porque são objetivos e práticos. Esse tipo de abordagem é muito importante para professores porque geralmente temos muita vontade de aprender, mas pouco tempo. Usei os livros na escola, no instituto e também em casa. Por aqui, o maior sucesso foi o *Meu crespo é de rainha*. Ao final da leitura, meus filhos perguntaram se o cabelo deles é crespo. Quando eu disse que não, disseram que queriam ter o cabelo crespo.

Alfabetizar é o meu propósito. Em minha trajetória, pretendo ensinar a leitura e a escrita a quantas crianças conseguir. Esse é um direito delas. Fico pensando como seria a minha vida se eu não soubesse ler e escrever. Que perspectiva de vida têm aquelas pessoas que não são alfabetizadas? Foi por meio desse propósito que me encontrei ao começar a trabalhar com a educação infantil.

Antes disso, atuei com o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Formada em letras, dava aulas de inglês e de língua portuguesa, até começar a lecionar na rede municipal, em 2016. Eu já entendia que a alfabetização era uma questão delicada, mesmo sem saber como funciona esse processo. Tive alunos do terceiro ano do ensino médio que não tinham autonomia para escrever.

A educação infantil me fez entender vulnerabilidades, como a pobreza e outras violações de direito. Esses contextos também existiam na realidade dos outros públicos com quem eu trabalhava antes, mas as crianças não mentem. Elas me dizem que estão com fome, ou que passaram a noite trabalhando, ou mesmo que sofreram algum tipo de abuso. Alfabetizar crianças expostas a situações de vulnerabilidade ocasionadas pela pobreza é um desafio enorme.

Desde que tive esse choque de realidade pela primeira vez, busco entender o impacto da pobreza no desenvolvimento cognitivo da criança. Durante a pandemia, por exemplo, enviamos fichas de atividades. Não funcionavam muito bem porque as fichas devem ser a finalização de todo um processo lúdico de ensino e aprendizagem, e os pais não são (nem têm que ocupar o papel de) professores. Uma parcela relevante deles tem um grau de escolaridade muito básico, o que aumentava o desafio.

Ser professora é mais do que uma profissão. É um estilo de vida. Nós pensamos e falamos em educação 24 horas por dia, 7 dias por semana. O Instituto Mucambo, espaço onde posso experimentar, tem me ajudado muito nesse processo. Levo para a escola o que aprendo lá, e vice-versa. Trabalhar com crianças em vulnerabilidade é aprender todos os dias que não dá pra atuar só com um livro na mão numa realidade de insegurança alimentar. Como diz a letra da canção, “a gente quer comida, diversão e arte”.

Disponível em: https://www.itausocial.org.br/noticias/ser-professora-e-um-estilo-de-vida/?gad_source=1&gclid=CjwKCAiAp5qsBhAPEiwAP0qeJjaATmxip8Xd_91FihDufStbSH1dmUZORUMHWGygoZiMKDyE6bdBoCQvUQAvD_BwE. Acesso em 23 dez.2023.

21 Em relação à sintaxe, aponte o período em que o trecho destacado tem função de objeto direto.

- (A) “Durante a pandemia, investi muito no incentivo à leitura para os meus dois filhos.”
- (B) “Antes disso, atuei com o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA).”
- (C) “Nesse processo, fiz mais uma formação no Polo, dessa vez voltada à mediação de leitura para o público infantil.”
- (D) “Ao final da leitura, meus filhos perguntaram se o cabelo deles é crespo.”
- (E) “Ser professora é mais do que uma profissão.”

22 No trecho “Durante a pandemia, investi muito no incentivo à leitura para os meus dois filhos. Comprei livros e li com eles, que também voltaram à escola lendo”, encontram-se duas marcações do fenômeno da crase. É correto afirmar que crase nada mais é que

- (A) o sinal gráfico superposto ao artigo definido que antecede um substantivo feminino.
- (B) um recurso utilizado pela autora para desfazer ambiguidades.
- (C) um fenômeno fonético que consiste na fusão entre duas vogais iguais.
- (D) uma forma de indicar movimento na direção de um lugar ou de algum ser.
- (E) a maneira como se deve marcar um adjunto adverbial de lugar.

23 O texto “Ser professora é um estilo de vida” tem claramente a finalidade de esclarecer o leitor por meio da apresentação de um determinado assunto. Em linguagem clara e concisa, o autor desse tipo de texto não tem a pretensão de convencer o leitor, mas apenas manifestar seu ponto de vista, sua ideia. É correto afirmar, então, que esse é um texto do tipo

- (A) descritivo.
- (B) expositivo.
- (C) narrativo.
- (D) injuntivo.
- (E) argumentativo.

24 Considerando que o “a”, como palavra, pode ser classificada como artigo definido, preposição ou pronome pessoal, observe as seis ocorrências que se encontram no parágrafo “Alfabetizar é o meu propósito. Em minha trajetória, pretendo ensinar a leitura e a escrita a quantas crianças conseguir. Esse é um direito delas. Fico pensando como seria a minha vida se eu não soubesse ler e escrever. Que perspectiva de vida têm aquelas pessoas que não são alfabetizadas? Foi por meio desse propósito que me encontrei ao começar a trabalhar com a educação infantil”. É correto afirmar que trata-se de

- (A) artigo definido em todas as ocorrências.
- (B) artigo na primeira, quarta e quinta ocorrência, preposição na sexta e pronome pessoal na segunda e na terceira.
- (C) pronome pessoal na terceira e na sexta ocorrência, artigo definido na segunda e preposição nas demais.
- (D) preposição na terceira e na sexta ocorrência, pronome pessoal na primeira e artigo definido nas demais.
- (E) preposição na terceira e na quinta ocorrência, sendo artigo nas demais.

25 De acordo com as regras gramaticais, ao contrário do verbo regular, verbo irregular é aquele que pode não apresentar as mesmas desinências do paradigma da conjugação a que pertence e/ou, em termos fonéticos, pode sofrer alterações no seu radical. Tendo isso em consideração, marque a opção em que todas as formas verbais retiradas do texto pertencem a verbos irregulares.

- (A) *estão – sendo – disseram – quer*
- (B) *estão – fiquei – surgiu – disseram*
- (C) *fiquei – surgiu – pensamos – acabou*
- (D) *pensamos – acabou – quer – posso*
- (E) *entendia – acabou – estão – surgiu*

26 No período “Elas me dizem que estão com fome, ou que passaram a noite trabalhando, ou mesmo que sofreram algum tipo de abuso”, observa-se a presença da palavra “que” no papel de conjunção integrante. Tendo ciência disso, marque o trecho em que o “que” destacado tem a mesma classificação.

- (A) “A organização surgiu para formalizar um projeto que outros educadores e eu já realizávamos, chamado Leituras Brincantes.”

- (B) “Trabalhar com crianças em vulnerabilidade é aprender todos os dias que não dá pra atuar só com um livro na mão numa realidade de insegurança alimentar.”
- (C) “Que perspectiva de vida têm aquelas pessoas que não são alfabetizadas?”
- (D) “Comprei livros e li com eles, que também voltaram à escola lendo.”
- (E) “A organização surgiu para formalizar um projeto que outros educadores e eu já realizávamos, chamado Leituras Brincantes.”

27 Com relação ao curso de formação realizado pela professora, é INCORRETO afirmar que esse curso é

- (A) prático e objetivo.
- (B) realizado a distância por meio de uma plataforma.
- (C) importante para quem dispõe de pouco tempo e muita vontade de aprender.
- (D) tem como foco a mediação de leitura para o público infantil.
- (E) destinado à melhoria de desempenho no Ensino Médio e no EJA.

28 De acordo com o relato da professora Rebeca, a relação com seus alunos em situação de vulnerabilidade se deu presencialmente

- (A) por meio do *podcast* Educação & Família.
- (B) assim que ela encerrou sua formação em Experiência e Protagonismo: a BNCC na Educação Infantil.
- (C) após o período de isolamento decorrente da pandemia.
- (D) quando ela começou a lecionar na rede municipal.
- (E) na sede do projeto Leituras Brincantes.

29 Aponte o período em que a expressão destacada é um complemento nominal.

- (A) “Entendi que é preciso envolver a família para garantir o direito à aprendizagem das crianças pequenas.”
- (B) “Desde que tive esse choque de realidade pela primeira vez, busco entender o impacto da pobreza no desenvolvimento cognitivo da criança.”
- (C) “Nós pensamos e falamos em educação 24 horas por dia, 7 dias por semana.”

- (D) “Uma parcela relevante deles tem um grau de escolaridade muito básico, o que aumentava o desafio.”
- (E) “Foi por meio desse propósito que me encontrei ao começar a trabalhar com a educação infantil.”

30 A preposição “com” pode indicar companhia, ajuntamento, simultaneidade, modo, meio, instrumento, etc. Em um dos fragmentos a seguir essa preposição indica companhia. Aponte-o.

- (A) “Trabalhar com crianças em vulnerabilidade é aprender todos os dias que não dá pra atuar só com um livro na mão numa realidade de insegurança alimentar.”
- (B) “Foi por meio desse propósito que me encontrei ao começar a trabalhar com a educação infantil.”
- (C) “Antes disso, atuei com o ensino médio e a educação de jovens e adultos.”
- (D) “Durante a pandemia, investi muito no incentivo à leitura para os meus dois filhos. Comprei livros e li com eles, que também voltaram à escola lendo.”
- (E) “Elas me dizem que estão com fome, ou que passaram a noite trabalhando, ou mesmo que sofreram algum tipo de abuso.”

Tópico: Lei Orgânica do Município de Niterói

31 A competência do Município de prover tudo quanto diga respeito ao interesse local e ao bem-estar da população

- (A) refere-se à competência privativa.
- (B) refere-se à competência comum.
- (C) refere-se à competência suplementar.
- (D) refere-se à competência residual.
- (E) não se refere à competência.

32 Segundo a Lei Orgânica do Município de Niterói, é(são) competência(s) privativa(s) do Município

- (A) estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito; registrar concessões de direito de pesquisa.
- (B) preservar as florestas, a fauna e a flora; proteger o meio ambiente e combater a poluição.

- (C) elaborar o orçamento anual e o plurianual de investimentos; fixar locais para estabelecimentos de pontos de táxis e demais veículos.
- (D) dispor sobre registro de vacinação e captura de animais; proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.
- (E) prestar assistência, nas emergências médico-hospitalares de pronto-socorro, por seus próprios serviços.

33 Sobre a competência suplementar, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ao Município compete suplementar a legislação Federal e Estadual, sem necessidade de se deter ao seu peculiar interesse.
- (B) Ao Município compete suplementar somente a legislação Federal, no que couber e naquilo que se referir ao seu peculiar interesse.
- (C) Ao Município compete suplementar somente a legislação Estadual, no que couber e naquilo que se referir ao seu peculiar interesse.
- (D) Ao Município compete suplementar a legislação Federal e Estadual, no que couber e naquilo que se referir ao seu peculiar interesse.
- (E) Ao Município compete suplementar os assuntos locais no que couber e naquilo que se referir ao seu peculiar interesse.

34 São condições de elegibilidade para o mandato do Vereador, na forma da lei federal

- (A) nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição, filiação partidária, idade mínima de dezoito anos.
- (B) pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição, filiação partidária, idade mínima de dezoito anos.
- (C) nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição, filiação partidária, sem idade mínima.
- (D) nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição, filiação partidária, idade mínima de dezesseis anos.

(E) nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, filiação partidária, idade mínima de dezesseis anos.

35 As entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que compõem a Administração Indireta do Município, classificam-se em

- (A)** fundação pública e autarquia.
- (B)** autarquia, órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura, empresa pública.
- (C)** órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura, fundação pública, sociedade de economia mista.
- (D)** empresa pública, sociedade de economia mista, fundação pública.
- (E)** autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação pública.

36 As empresas públicas e as sociedades de economia mista, criadas para a prestação de serviços públicos ou como instrumento de atuação no domínio econômico, sujeitam-se

- (A)** às normas relativas às licitações e à contratação de pessoal, não definidas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município de Niterói.
- (B)** às normas relativas à contratação de pessoal, definidas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município de Niterói.
- (C)** às normas relativas às licitações e à contratação de pessoal, definidas na Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município de Niterói.
- (D)** às normas relativas às licitações e à contratação de pessoal, definidas na Constituição Federal.
- (E)** às normas relativas às licitações e à contratação de pessoal, definidas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município de Niterói.

37 Sobre a publicação de leis, decretos, resoluções e atos administrativos municipais dispõe a Lei Orgânica do Município de Niterói. Assinale a opção correta.

- (A)** Será feita apenas em órgão da imprensa local.
- (B)** Será feita em órgão da imprensa local ou regional.
- (C)** Não precisa ser feita publicação.
- (D)** Será feita apenas nas redes sociais.
- (E)** Será feita por servidores qualificados.

38 Conforme estabelecido na Lei Orgânica do Município de Niterói, a Administração Pública tem o dever de anular seus próprios atos quando

- (A)** eivados de vícios e submetidos à procuradoria.
- (B)** eivados de vícios, ainda que não os torne ilegais.
- (C)** eivados de vícios, entretanto são legais.
- (D)** eivados de vícios que os tornem ilegais.
- (E)** eivados de vícios, desde que autorizados pelo chefe do Poder Executivo Municipal.

39 NÃO poderá contratar com o Poder Público Municipal

- (A)** pessoa física em débito com o sistema de seguridade social, conforme estabelecido em lei estadual.
- (B)** pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, conforme estabelecido em lei federal.
- (C)** pessoa jurídica e física em débito com o sistema de seguridade social, conforme estabelecido em lei estadual.
- (D)** pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, conforme estabelecido em lei estadual.
- (E)** pessoa física em débito com o sistema de seguridade social, conforme estabelecido em lei municipal.

40 A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social NÃO poderá receber do Poder Público Municipal. Assinale a opção correta.

- (A)** Apenas incentivos fiscais.
- (B)** Somente benefícios creditícios.
- (C)** Benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- (D)** Somente benefícios fiscais em casos de anistia.
- (E)** Exclusivamente anistia.

Tópico: Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói

41 O Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói dispõe sobre o Acesso. É a elevação do funcionário da classe final de uma série de classes à classe inicial de outra do mesmo grupamento ocupacional, ou diferente, observando o interstício na classe, reservadas

Assinale a opção correta.

- (A) 25% (Vinte e cinco por cento) das vagas para provimento por concurso público ou interno.
- (B) 30% (trinta por cento) das vagas para provimento por concurso público ou interno.
- (C) 50% (cinquenta por cento) das vagas para provimento por concurso público ou interno.
- (D) 50% (cinquenta por cento) das vagas somente para provimento por concurso público externo.
- (E) 60% (sessenta por cento) das vagas para provimento por concurso público ou interno.

42 São requisitos para a posse, segundo o disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói:

- (A) nacionalidade brasileira ou portuguesa na forma da lei; idade de 18 (dezoito) anos; pleno gozo dos direitos políticos; quitação com as obrigações militares; bom procedimento, comprovado por atestado de autoridade ou pessoa idônea; boa saúde, comprovada em exame médico realizado pelo órgão oficial da Prefeitura; habilitação em concurso público de provas ou provas e títulos, nos casos de provimento inicial em cargo efetivo; cumprimento das condições especiais previstas em lei ou regulamento para determinados cargos.
- (B) nacionalidade brasileira ou portuguesa na forma da lei; idade de 21 (vinte e um) anos; pleno gozo dos direitos políticos; quitação com as obrigações militares; bom procedimento, comprovado por atestado de autoridade ou pessoa idônea; boa saúde, comprovada em exame médico realizado pelo órgão

oficial da Prefeitura; habilitação em concurso público de provas ou provas e títulos, nos casos de provimento inicial em cargo efetivo; cumprimento das condições especiais previstas em lei ou regulamento para determinados cargos.

- (C) nacionalidade brasileira; idade de 18 (dezoito) anos; pleno gozo dos direitos políticos; quitação com as obrigações militares; bom procedimento, comprovado por atestado de autoridade ou pessoa idônea; boa saúde, comprovada em exame médico realizado pelo órgão oficial da Prefeitura; habilitação em concurso público de provas ou provas e títulos, nos casos de provimento inicial em cargo efetivo; cumprimento das condições especiais previstas em lei ou regulamento para determinados cargos.
- (D) nacionalidade brasileira ou portuguesa na forma da lei; idade de 18 (dezoito) anos; pleno gozo dos direitos políticos; quitação com as obrigações militares; bom procedimento, comprovado por atestado de autoridade ou pessoa idônea; boa saúde, comprovada em exame médico realizado pelo órgão oficial da Prefeitura; habilitação em concurso público de provas ou provas e títulos, nos casos de provimento inicial em cargo efetivo.
- (E) nacionalidade brasileira, portuguesa ou americana na forma da lei; idade de 21 (Vinte e um) anos; pleno gozo dos direitos políticos; quitação com as obrigações militares; bom procedimento, comprovado por atestado de autoridade ou pessoa idônea; boa saúde, comprovada em exame médico realizado pelo órgão oficial da Prefeitura; habilitação em concurso público de provas ou provas e títulos, nos casos de provimento inicial em cargo efetivo; cumprimento das condições especiais previstas em lei ou regulamento para determinados cargos.

43 O Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói dispõe sobre o prazo do início do exercício do cargo. Assinale a opção correta.

- (A) Prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação oficial do ato, no caso de reintegração; da publicação oficial do ato, de provimento em função gratificada.

- (B)** Prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação oficial do ato, no caso de reintegração; da publicação oficial do ato, de provimento em função gratificada; da posse, nos demais casos.
- (C)** Prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da publicação oficial do ato, no caso de reintegração; da publicação oficial do ato, de provimento em função gratificada; da posse, nos demais casos.
- (D)** Prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação oficial do ato, no caso de reintegração; da posse, nos demais casos.
- (E)** O Estatuto não prevê prazo do início do exercício do cargo.

44 O Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói elenca os deveres do funcionário municipal. Assinale a opção que descreve ao menos três deveres.

- (A)** Assiduidade, lealdade e respeito às normas legais e regulamentares, e aproveitamento.
- (B)** Assiduidade, pontualidade, urbanidade, discricção e boa conduta.
- (C)** Pontualidade, reversão, acesso e boa conduta.
- (D)** Urbanidade, nomeação, reintegração e promoção.
- (E)** Promoção, acesso e reintegração.

45 As licenças serão concedidas nos seguintes casos:

- (A)** motivo de doença em pessoa da família; repouso à gestante; serviço militar obrigatório; licença para acompanhar o cônjuge; para trato de interesse particular; especial; desempenho de mandato legislativo ou executivo.
- (B)** tratamento de saúde; motivo de doença em pessoa da família; repouso à gestante; serviço militar obrigatório; licença para acompanhar o cônjuge; para trato de interesse particular; especial; desempenho de mandato apenas legislativo.
- (C)** tratamento de saúde; motivo de doença em pessoa da família; repouso à gestante; serviço militar obrigatório; licença para acompanhar o cônjuge; para trato de interesse particular; desempenho de mandato legislativo ou executivo.

- (D)** tratamento de saúde; motivo de doença em pessoa da família; repouso à gestante; licença para acompanhar o cônjuge; para trato de interesse particular; especial; desempenho de mandato legislativo ou executivo.
- (E)** tratamento de saúde; motivo de doença em pessoa da família; repouso à gestante; serviço militar obrigatório; licença para acompanhar o cônjuge; para trato de interesse particular; especial; desempenho de mandato legislativo ou executivo.

46 A falta do servidor ao serviço importará em perda integral das gratificações não incorporadas ao vencimento do respectivo mês, desde que ocorra

- (A)** por mais de 2 (dois) dias seguidos ou alternados, desde que não devidamente justificada.
- (B)** por mais de 3 (três) dias alternados, desde que não devidamente justificada.
- (C)** por mais de 3 (três) dias seguidos ou alternados, desde que não devidamente justificada.
- (D)** por mais de 3 (três) dias seguidos, desde que não devidamente justificada.
- (E)** por mais de 4 (quatro) dias seguidos, desde que não devidamente justificada.

47 De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói, a responsabilidade administrativa resulta de

- (A)** atos praticados ou omissões ocorridas no desempenho do cargo ou função, ou fora dele, quando comprometedoras apenas da dignidade.
- (B)** omissões ocorridas no desempenho do cargo ou função, ou fora dele, quando comprometedoras da dignidade e do decoro da função pública.
- (C)** atos praticados ou omissões ocorridas no desempenho do cargo ou função, ou fora dele.
- (D)** atos praticados ou omissões ocorridas no desempenho do cargo ou função, ou fora dele, quando comprometedoras da dignidade e do decoro da função pública.
- (E)** atos praticados ou omissões ocorridas por terceiros no desempenho do cargo ou função, ou fora dele, quando comprometedoras da dignidade.

48 A pena de suspensão será aplicada ao servidor público do município de Niterói nos seguintes casos:

- (A) falta grave; desrespeito a proibições que, pela sua natureza, não ensejarem pena de demissão; reincidência em falta já punida com pena de repreensão.
- (B) falta grave; desrespeito a proibições que, pela sua natureza, não ensejarem pena de demissão; reincidência em falta já punida com pena de suspensão.
- (C) falta grave; desrespeito a proibições que, pela sua natureza, não ensejarem pena de demissão; reincidência em falta já punida com pena de advertência.
- (D) desrespeito a proibições que, pela sua natureza, não ensejarem pena de demissão; reincidência em falta já punida com pena de repreensão.
- (E) falta grave; reincidência em falta já punida com pena de repreensão.

49 Nos casos de ausência ao serviço, sem causa justificada, por mais de 60 (sessenta) dias, intercaladamente, durante o período de 12 (doze) meses, será aplicada a pena de

- (A) advertência verbal.
- (B) suspensão.
- (C) multa.
- (D) repreensão.
- (E) demissão.

50 Conforme estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói, prescreverá em

- (A) 1 (um) ano a falta sujeita às penas de advertência, repreensão, multa ou suspensão. Em 2 (dois) anos, a falta sujeita à pena de demissão ou destituição de função e à cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- (B) 2 (dois) anos a falta sujeita às penas de advertência, repreensão, multa ou suspensão. Em 5 (cinco) anos, a falta sujeita à pena de demissão ou destituição de função e à cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- (C) 2 (dois) anos a falta sujeita às penas de advertência, repreensão, multa ou suspensão. Em 4 (quatro) anos, a falta sujeita à pena de demissão ou destituição de função e à cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

(D) 4 (quatro) anos a falta sujeita às penas de advertência, repreensão, multa ou suspensão. Em 2 (dois) anos, a falta sujeita à pena de demissão ou destituição de função e à cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

(E) 5 (cinco) anos a falta sujeita às penas de advertência, repreensão, multa ou suspensão. Em 4 (quatro) anos, a falta sujeita à pena de demissão ou destituição de função e à cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

